



SARDOAL
MUNICÍPIO

Plano de Desenvolvimento Social

Setembro de 2024



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Ficha Técnica

Plano de Desenvolvimento Social do Município de Sardoal

Setembro de 2024

Elaborado por

Equipa Técnica Radar Social

Coordenação

Gabinete de Desenvolvimento Humano e Social/ Câmara Municipal de Sardoal

Núcleo Executivo do CLAS de Sardoal

Agrupamento de Escolas de Sardoal

Associação de Assistência e Domiciliária de Alcaravela

Câmara Municipal de Sardoal

Guarda Nacional Republicana

Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Santarém

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Unidade Local de Saúde do Médio Tejo – Centro de Saúde de Sardoal

Índice

1. Enquadramento Geral.....	3
2. Análise SWOT do Concelho de Sardoal	6
3. Eixos de Intervenção	8
I. Famílias e comunidade.....	8
II. Crianças e jovens.....	9
III. Envelhecimento e deficiências	10
IV. Educação	12
V. Qualificação e emprego.....	14
VI. Saúde	16
VII. Habitação, urbanismo e reabilitação.....	17
VIII. Cidadania e igualdade	18
IX. Radar social	20
4. Avaliação e Monitorização.....	21
5. Considerações Finais	22
6. Bibliografia.....	23

1. Enquadramento Geral

Ao longo dos anos, a Rede Social de Sardoal tem vindo a aumentar a ideia coletiva sobre a necessidade de concertação e integração de respostas sociais numa ótica de otimização dos recursos existentes, tem contribuído decisivamente para uma maior visibilidade dos problemas promovendo a tomada de consciência da responsabilidade para uma intervenção sobre nós mesmos.

O Plano de Desenvolvimento Social, adiante designado por PDS é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Pode dizer-se que o PDS traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos Concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista a uma melhoria substancial das condições de vida das populações.

A sua elaboração é um esforço de articulação entre vários parceiros e setores que deverá trazer importantes vantagens, procurando centrar as suas preocupações nas pessoas e comunidades para as quais se trabalha. É desejável que exista uma articulação entre o PDS e outros instrumentos de Planeamento e Programas Nacionais e locais.

A primeira etapa, de diagnóstico da situação concelhia, compreendeu a elaboração do Diagnóstico Social, em que, com a colaboração dos parceiros locais, foram identificadas as principais problemáticas concelhias, bem como os recursos, oportunidades, ameaças e causas inerentes à resolução dos mesmos.

Neste momento, apresentamos mais uma etapa deste processo, o PDS que pode ser entendido como um instrumento orientador da intervenção social das entidades locais com vista ao desenvolvimento social. Nesta etapa verifica-se a passagem de um nível de conhecimento para um nível de decisão, no qual são tomadas opções, definidos os objetivos e as estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social.

O Diagnóstico Social e o PDS são parte integrante do mesmo processo, complementando-se. Enquanto no Diagnóstico Social procedeu-se à caracterização da realidade social do Concelho e à definição das prioridades de intervenção, no PDS é feita a definição de objetivos e estratégias para fazer face aos problemas identificados no Diagnóstico Social.

O PDS do Concelho de Sardoal 2025-2029 delimita um cenário futuro para a dimensão social do Concelho, contribuindo com soluções para o universo de problemáticas diagnosticadas, numa abordagem sistémica e integrada de parceiros e recursos.

O processo de construção do PDS 2025-2029 do Concelho de Sardoal assentou na metodologia de planeamento estratégico e na participação e envolvimento das entidades parceiras do CLAS e de outras entidades concelhias, conhecedoras da realidade social do Concelho.

Tendo em atenção os problemas e as necessidades identificados no Diagnóstico Social do Concelho

de Sardoal, apresentam-se a seguir nove eixos de intervenção considerados prioritários para o PDS, nomeadamente:



Os eixos de intervenção foram definidos com base nas principais problemáticas identificadas anteriormente, articulando cada área temática com um conjunto de objetivos, medidas e indicadores de realização e/ou resultados para avaliação e monitorização.

Estes também refletem outros documentos orientadores, como, o previsto no PRR e no âmbito do Radar Social, que está no Concelho de Sardoal desde 1 de julho de 2024, no Plano de Ação para a Garantia na Infância 2020-2030, na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, entre outros, estando igualmente, alinhado com as prioridades estratégicas constantes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU).

Pretende-se, assim, articular a intervenção social dos diferentes agentes locais e gerar um processo de planeamento social local, mediante a conceção e desenvolvimento de projetos de ação articulados, contrariando a multiplicação de ações isoladas e por vezes concorrentes.

Este documento apresenta-se estruturado em torno de três partes, a primeira será este enquadramento geral onde é feita uma exposição que permitiu fazer a ponte entre o documento produzido anteriormente, o Diagnóstico Social, e o novo PDS, enquanto fases concomitantes do processo de planeamento da Rede Social, clarificando o que é um PDS, o que lhe serviu de base, quem o construiu, quais os eixos estratégicos que foram definidos, bem como as linhas orientadoras do mesmo. A segunda parte apresenta, numa grelha que se baseia na matriz SWOT, os problemas identificados ao nível do Concelho, os recursos, as potencialidades e as ameaças ou fragilidades subjacentes à sua elaboração. Na terceira parte são

apresentados os eixos estratégicos para o PDS, os objetivos estratégicos e os objetivos específicos para o Concelho para os próximos 5 anos, seguido do modelo de avaliação a implementar.

Este PDS vai operacionalizar-se através de planos de ação bienais, a elaborar posteriormente, nos quais se definirão as atividades a desenvolver, com vista a prossecução dos objetivos estabelecidos e as entidades responsáveis, envolvidas ou a envolver. Permitirão concretizar a efetiva realização das diferentes atividades delineadas. O que significa que o Plano de Ação deverá ser bienalmente sujeito a análise, tendo de forma interligada as seguintes finalidades:

- a) Corresponsabilizar os parceiros, envolvendo-os ativamente na disponibilização de recursos;
- b) Credibilizar e/ou garantir a dimensão temporal na realização concreta das ações, procedendo-se para o efeito a construção do cronograma/ calendarização;
- c) Orientar a condução efetiva das ações, de forma a que, através da avaliação formativa/ contínua se possa, caso se considere necessário, reestruturar os modos de implementação das ações traçadas.

O planeamento será o seguinte:



As intervenções previstas e planeadas para o Concelho, por cada uma das entidades parceiras, deverão estar articuladas e alinhadas com o PDS. Este Plano servirá para legitimar e reforçar o incentivo à iniciativa dessas entidades, enquadrando-a numa perspetiva mais global definida pelas prioridades para o território.

O PDS deve ter em conta as potencialidades dos territórios, comunidades e pessoas, valorizando-as e integrando-as na planificação da intervenção. O Plano deve ser realista, ou seja, deve conter somente objetivos exequíveis tendo em conta a realidade local, sob pena de cair no descrédito dos parceiros e da população, pelo que as estratégias a adotar devem ser bem pensadas.

Para cada problemática identificada e por Eixo de Intervenção foram definidas as finalidades, os objetivos gerais, os objetivos específicos, os indicadores e as estratégias para os alcançar.

2. Análise SWOT do Concelho de Sardoal

A análise SWOT é uma técnica usada para identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, e que se torna uma ferramenta preponderante para identificar oportunidades de melhoria e as fraquezas que se pretendem superar.

Através desta técnica, procedeu-se a uma análise do Concelho, evidenciando um conjunto de aspetos característicos, seguidamente descritos e sistematizados, através da apresentação dos fatores internos, isto é, permitindo uma reflexão sobre as forças e fraquezas internas e as ameaças e oportunidades externas, que teve por base a sintetização do Diagnóstico Social, onde foi feita uma análise SWOT para cada domínio temático.

Quadro 1 – Análise SWOT do Concelho de Sardoal

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">- Concelho pequeno, calmo, com património histórico e paisagístico e com uma dimensão cultural forte;- Boa localização geográfica que pode atrair e fixar população;- Existência de Creche Municipal, inserida no programa Creche Feliz;- Disponibilização de vários apoios sociais por parte da Ação Social do Município de Sardoal;- Transferência de competências em diversas áreas;- Rapidez na atuação dos agentes locais na resolução das situações;- Existência de respostas sociais especificamente direcionadas para as crianças/jovens (ex: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Equipa Local de Intervenção Precoce, Núcleo Local de Garantia para a Infância)- Existência de respostas para as crianças/jovens nas pausas letivas e de prolongamento de horário letivo, o que permite a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das famílias;- Existência de equipamentos escolares recentes e bem equipados;- Existência de transporte escolar e refeições escolares gratuitas;- Preço das rendas e de aquisição habitacional inferiores ao das grandes cidades;- Diminuição do desemprego jovem;- Diminuição do número de inscritos no IEFP;- Desempregados com elevadas qualificações e aumento das qualificações da população empregada;- Aumento do ganho médio mensal;- Apoio à aquisição de medicamentos, destinado a pessoas em situação de carência económica, através do Programa abem e Complemento Solidário para Idosos;- Existência de respostas sociais para população idosa no Concelho, sejam elas de Instituições Particulares de Solidariedade Social ou do Município, como é o caso da Universidade Sénior;	<ul style="list-style-type: none">- Baixa densidade populacional, apesar da baixa extensão territorial;- Vagas reduzidas nas respostas para crianças/jovens nas pausas letivas;- Respostas sociais inexistentes no âmbito da deficiência;- Oferta insuficiente da resposta de ERPI;- Dificuldade dos agregados familiares na gestão dos recursos económicos;- Parcas medidas de fixação à população;- Fraca oferta de Habitação Social;- Inexistente de habitação face à procura;- Reduzida atividade económica;- Fraca adequação das competências profissionais dos jovens às ofertas de emprego existentes;- Baixos rendimentos e elevados encargos com medicação/saúde e despesas em geral;- Existência de barreiras arquitetónicas, que dificultam a mobilidade de cadeiras de rodas e carrinhos de bebe;- Fraca adesão ao voluntariado;- Fraca motivação para a prática do associativismo;- Inexistência de apoio à fixação de empresas e pessoas;

- Existência de diversas Associações/Comissões no Concelho.

Oportunidades

- Aposta na construção de habitações a custos acessíveis;
- Projetos e candidaturas a Fundos Comunitários, como é exemplo o CLDS / Radar Social, que combatem a pobreza e a exclusão social, numa logica de articulação entre emprego, formação e desenvolvimento social;
- Distinção de Autarquia Familiarmente Responsável;
- Programas de habitação e de incentivo ao arrendamento;
- Aumento da Remuneração Média Mensal e uma forte tendência para a equidade salarial entre sexos;
- Apoio municipal ao associativismo;
- Existência de um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação;
- Portugal 2030, como um importante instrumento financeiro de suporte e de enquadramento à concretização concertada de projetos e que dispõe de um diversificado leque de programas de apoio ao desenvolvimento social local;
- Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que consiste num conjunto de reformas e investimentos, que têm como objetivo melhorar o desenvolvimento económico e social do país de forma justa, equitativa e sustentável;
- Existência do Programa de Apoio à aquisição de medicamentos – Abem e Complemento Solidário para Idosos.

Ameaças

- Aumento do número de dependentes (jovens e idosos) face à população ativa;
- Envelhecimento da população;
- Maior percentagem da população a subsistir de reformas/pensões;
- Ganho médio mensal inferior à média regional;
- Ausência de Médico/a de Família;
- Fraca oferta habitacional;
- Fraca ou inexistente oferta habitacional para aquisição/arrendamento;
- Existência de habitações sem condições de habitabilidade;
- Inexistência de grandes empresas;
- Dificuldade na integração das respostas sociais existentes por parte população idosa menos ativa e mais isolada;
- Resistência por parte da população idosa em sair da habitação;
- Fraco apoio familiar à população idosa;
- Aumento do número de crimes de violência doméstica;
- Inexistente oferta do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Sardoal nos serviços de Psicologia, Terapia da Fala, entre outros;
- Existência de população em isolamento geográfico e/ou social;
- Fraca motivação da população e das entidades para a temática da igualdade de género;
- Recursos económicos limitados, por parte das associações/comissões.

3. Eixos de Intervenção

Neste capítulo serão apresentados os eixos de intervenção que suportam toda a estratégia delineada para os próximos cinco anos e que representam o conjunto das principais necessidades sentidas no Concelho. Além disso funcionam como um importante instrumento para a integração das medidas e ações a ter em linha de conta na resolução dos problemas, anteriormente, diagnosticados também servirá de base para a construção dos planos de ação bianuais.

I. Famílias e comunidade

O Eixo 1 Família e Comunidade apresenta-se como um eixo transversal de atuação para o Concelho de Sardoal. O Diagnóstico Social de 2024 apresenta como principais fragilidades neste âmbito a carência económica das famílias, condicionada em parte pelo desemprego e pela subsistência de pensões/reformas, o que limita o acesso a habitações dignas e ajustadas ao seu rendimento. Outra das fragilidades identificadas prende-se com o apoio familiar insuficiente a pessoas com maior dependência e incapacidade e às crianças e jovens. Existem ainda no Concelho alguns agregados familiares em situação de pobreza e exclusão social.

Importante ressaltar que o investimento nas competências familiares e parentais, na organização e estruturação familiar é uma mais valia para a estabilidade das famílias, ultrapassando com maior facilidade situações de crise e mudanças repentinas.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Promover a qualidade de vida das famílias e apoiar pessoas em risco e/ou em elevada vulnerabilidade social	Promover sessões de Informação/ Formação sobre gestão, capacitação e organização doméstica, competências pessoais, parentais, sociais e educativas	- Nº de sessões realizadas - Nº de participantes - Nº de famílias
	Favorecer os processos de qualificação familiar, informando sobre direitos e deveres e aconselhamento em situações de crise	- Nº de famílias apoiadas - Nº de atendimentos realizados
	Promover uma ação social próxima e integrada junto das famílias	- Nº de sinalizações/pedidos de apoio recebidos - Nº de visitas domiciliárias realizadas - Nº de famílias apoiadas - Nº de atendimentos realizados
Atenuar as dificuldades económicas das famílias mais carenciadas	Garantir que as famílias com poucos rendimentos tenham acesso às prestações sociais existentes para esse efeito	- Nº de atendimentos realizados - Nº de famílias apoiadas - Nº de apoios prestados
	Atualização de boletins informativos com todos os apoios sociais existentes	- Boletins atualizados
	Dinamização da Loja Social	- Nº de novas inscrições e/ou agregados familiares - Nº de bens fornecidos

		- Nº de bens doados
Promover incentivos para a fixação de famílias no Concelho	Divulgação de apoios que minorem a dificuldade de fixação	- Nº de apoios divulgados
	Promover a atratividade do Concelho para a fixação de novos residentes	- Nº de novos residentes - Nº de novas famílias
	Continuar a conceder de incentivos às famílias para promover a natalidade (Apoio à Natalidade)	- Nº de pedidos - Nº de apoios concedidos
	Continuar a conceder o apoio ao nível da ação social escolar	- Nº de crianças apoiadas
	Garantir a continuidade do programa Creche Feliz	Nº de crianças com gratuidade da creche

II. Crianças e jovens

O Eixo 2 centra-se na intervenção com o grupo das crianças e jovens. O Diagnóstico Social 2024 dá conta das alterações que a realidade social, familiar e territorial tem sofrido, com impacto nas necessidades e problemas sentidos pelas crianças/jovens do Concelho.

Desta forma, a estratégia definida no PDS de Sardoal pretende refletir o planeamento e (re)organização dos serviços e respostas de apoio dirigidos a este grupo-alvo. Para o efeito foram definidos objetivos e ações orientados com a finalidade de consolidar uma intervenção integrada na área da Infância e Juventude, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das crianças/jovens do Concelho, não perdendo de vista a rentabilização e ampliação dos recursos já existentes. Nesta linha, pretende-se garantir a existência e o acesso a respostas adequadas às necessidades das crianças/jovens e suas famílias, quer ao nível do seu enquadramento educativo e escolar, como da ocupação saudável dos seus tempos livres.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Garantir acessibilidade a cuidados de saúde ao nível da promoção da saúde e prevenção da doença	Garantir a continuidade da atuação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI)	- Nº de sinalizações - Nº de crianças em acompanhamento/avaliação - Nº de especialidades disponíveis - Nº de sessões - Nº de crianças em lista de espera
	Promover junto das famílias a intervenção desde idade precoce	- Nº de crianças apoiadas em contexto familiar - Nº de sessões
Incentivar o desenvolvimento de competências no ambiente familiar, escolar e comunitário	Promover ações e atividades voltadas ao desenvolvimento de competências profissionais dos jovens	- Nº de ações/atividades - Nº de participantes - Materiais criados
	Promover estratégias de combate ao abandono escolar e incentivo ao prosseguimento dos estudos	- Nº de estratégias/ações promovidas - Nº de alunos que abandonaram o ensino por ano - Nº de alunos que concluíram por ano

		- Materiais criados
	Incentivar a participação cívica dos jovens em atividades sociais, políticas, económicas, culturais e educativas	- Nº de atividades realizadas - Nº de atividades divulgadas - Nº de participantes
	Contribuir para a promoção dos direitos, competências socioemocionais e prevenção de comportamentos de risco	- Nº de ações/atividades promovidas - Nº de participantes
Reduzir a pobreza infantil	Implementação e dinamização do Núcleo Local de Garantia para a Infância	- Elaboração de um folheto de divulgação - Nº de reuniões realizadas
	Promoção de atividades dirigidas a agregados familiares com dificuldades económicas	- Nº de atividades realizadas - Nº de participantes - Nº de temáticas abordadas
	Promover uma ação social próxima e integrada junto das crianças e jovens	- Nº de crianças/jovens apoiadas - Nº de sinalizações/pedidos de apoio recebidos - Nº de visitas domiciliárias realizadas - Nº de famílias apoiadas - Nº de atendimentos realizados - Nº de encaminhamentos
Promover a salvaguarda dos direitos das crianças	Dinamizar ações de sensibilização para os direitos das crianças	- Nº de sessões/ações promovidas - Nº de participantes - Nº de parceiros envolvidos
	Acesso às respostas sociais de infância e juventude de forma igualitária	- Nº de crianças/jovens apoiadas pelas diversas respostas - Nº de vagas existentes nas diversas respostas - Nº de crianças sem vaga
	Promoção da qualidade de vida e inclusão das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social	- Nº de respostas sociais destinadas crianças/jovens existentes
	Garantir que as crianças/jovens recebem todos os apoios sociais a que têm direito	- Nº de atendimentos realizados - Nº de crianças/jovens apoiadas - Nº de apoios prestados - Nº de encaminhamentos - Nº de sinalizações/pedidos
	Garantir o acompanhamento das crianças e jovens em risco	- Nº de atendimentos realizados - Nº de crianças/jovens apoiadas

III. Envelhecimento e deficiências

O Eixo 3 tem como foco principal a promoção do envelhecimento saudável, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos idosos. O envelhecimento da população constitui uma preocupação concelhia e

exige um esforço de investimento em áreas tão importantes como a saúde, a ocupação dos tempos livres, as condições habitacionais, as acessibilidades, a segurança, entre outros, no sentido de proporcionar a este grupo social uma melhor qualidade de vida.

Revela-se premente que os indivíduos mais velhos estejam associados à vitalidade, à atividade e à participação na sociedade, incentivando o seu envelhecimento ativo e digno.

Neste domínio estratégico inserimos ainda a deficiência/incapacidade onde procuramos garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou mental, possam viver com dignidade, exercer os seus direitos e contribuir para a sociedade. As pessoas com deficiência apresentam características muito diversas, nomeadamente, ao nível da autonomia/funcionalidade, carecendo de apoios distintos. Torna-se, assim, imperioso, apostar na sua valorização, favorecer a sua integração plena e garantir o pleno exercício dos direitos de cidadania.

Muitos dos idosos/pessoas com deficiência são confrontados com perda da autonomia e, conseqüentemente, tendem a isolar-se perdendo as interações sociais, sendo urgente adotar um conjunto de medidas/ações relacionadas com a promoção da saúde e a prevenção da doença, bem como o acesso a condições de habitabilidade condignas e a um maior suporte familiar.

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Indicadores
Melhorar as condições de vida da população idosa, contribuindo para um envelhecimento ativo	Promover o envelhecimento ativo e saudável	- Nº de sessões/ações promovidas - Nº de participantes - Nº de temáticas abordadas
	Continuidade das aulas de Hidroginástica Sénior na Piscina Municipal	- Nº de aulas - Nº de inscrições
	Promover atividades intergeracionais que valorizem os conhecimentos da população sénior através do fazer e do saber	- Nº de atividades promovidas - Nº de participantes
	Promoção de ações de segurança para as pessoas idosas	- Nº de ações promovidas - Nº de participantes - Nº de parceiros envolvidos
	Continuar a promover e dinamizar a Universidade Sénior de Sardoal	- Nº de disciplinas - Nº de inscrições - Nº de professores voluntários
Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades das pessoas idosas e/ou com deficiência e incapacidade	Promover respostas adequadas ao interesses e necessidades das pessoas idosas e/ou deficiência e incapacidade	- Nº de respostas criadas - Nº de vagas - Nº de pessoas em lista de espera
	Proporcionar o aumento das respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou com deficiência e incapacidade	- Aumento de vagas - Aumento dos acordos de cooperação - Nº de respostas ampliadas - Nº de respostas criadas
Garantir equipas profissionais qualificadas	Aferir necessidades formativas e garantir formação específica	- Preenchimento de questionários - Nº de temáticas identificadas

		<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações de formação - Nº de participantes
Prevenir e combater situações de isolamento geográfico e/ou social	Criar/ampliar as atividades de integração e envolvimento da população idosa e/ou com deficiência com a comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de atividades intra/intergeracionais promovidas - Nº de participantes
	Promoção da rede de transportes do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações de divulgação - Nº de folhetos distribuídos - Nº de participantes
	Dinamizar passeios/convívios séniores	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de passeios realizados - Nº de convívios - Nº de participantes
	Descentralizar atividades/ações	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de atividades/ações descentralizadas promovidas - Nº de participantes
	Apoiar o desenvolvimento de respostas e/ou intervenções de proximidade	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de visitas domiciliárias - Nº de atendimentos realizados - Nº de sessões/ações promovidas - Nº de pessoas/famílias apoiadas - Nº de contactos estabelecidos - Nº de apoios prestados
Apoiar os cuidadores formais e informais	Efetuar o levantamento deste público	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de contactos estabelecidos - Nº de cuidadores informais registados
	Divulgar o Estatuto do Cuidador Informal	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um folheto - Nº de folhetos distribuídos - Nº de encaminhamentos

IV. Educação

O quinto eixo estratégico visa promover uma participação mais ativa dos pais/encarregados/as de educação na vida escolar dos filhos(as)/educandos(as), promover um maior empenho dos/as alunos/as enquanto atores principais no desenvolvimento do seu percurso escolar. A promoção de estratégias que apontem no sentido da sensibilização e da responsabilização de ambas as partes será, certamente, benéfico para o processo de educação.

A educação é considerada um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social em qualquer sociedade, desempenhando um papel crucial na capacitação das pessoas, na redução das desigualdades, no fortalecimento da economia e no progresso de um território. A educação facilita a aprendizagem dos conhecimentos essenciais para se enfrentar os desafios da vida, exercer uma cidadania ativa e contribuir para o desenvolvimento económico e social, revelando-se essencial para construir uma sociedade mais informada, participativa e capaz de tomar decisões conscientes.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Proporcionar um acompanhamento psicopedagógico e orientação em meio escolar	Divulgação do Serviço de Psicologia e Orientação	- Nº de alunos apoiados - Nº de atendimentos - Nº folhetos divulgados
Envolver a Família e a Comunidade no dia-a-dia da escola	Aumentar a relação de proximidade e envolvimento entre escola e família	- Nº de ações realizadas com a família em meio escolar - Nº de participantes - Nº de reuniões
	Dinamização/divulgação de atividades abertas à comunidade	- Nº de atividades abertas à comunidade - Nº de participantes - Nº de divulgações efetuadas
Diversificar respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Reforçar a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de parceiros envolvidos
	Aumentar as competências dos/as alunos/as no que diz respeito a matérias de cultura geral que não fazem parte do ensino formal	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de temáticas abordadas
Promover o sucesso escolar	Garantir o acompanhamento personalizado dos/as jovens na construção do seu percurso académico e percurso de vida	- Nº de alunos apoiados - Nº de planos elaborados - Nº de atendimentos realizados
	Atrair alunos através de uma oferta formativa mais abrangente e diversificada	- Nº de ofertas formativas - Nº de alunos inscritos por oferta
	Contribuir para a qualificação escolar e profissional dos jovens	- Nº de ofertas formativas existentes - Notas de provas escolares (exames nacionais, provas finais de ciclo e provas de aferição)
	Assegurar que o Ensino Profissional responde às necessidades de qualificação dos/as jovens.	- Realização de um inquérito aos alunos (9º ano) - Realização de um inquérito de satisfação aos alunos que frequentam o ensino profissional - Nº de cursos profissionais por ano - Nº de alunos
Garantir o acesso a uma resposta educativa e a atividades em contexto escolar de qualidade	Promover a cultura científica e tecnológica dos/as alunos/as	- Nº de clubes existentes em espaço escolar - Nº de participantes em clubes
	Diversificar a atividade física da população no estabelecimento de ensino	- Nº de iniciativas relacionadas com a atividade física - Nº de participantes
	Garantir o acesso universal a atividades extracurriculares, à componente de	- Nº de iniciativas por ano

	apoio à família e às atividades de animação, a atividades de ocupação de tempos livres e de férias, integrando crianças com deficiência e outras crianças especialmente vulneráveis	- Nº de crianças que usufruem das mesmas
	Desenvolver mecanismos de apoio ao estudo	- Nº de salas de estudo - Nº de alunos/as que utilizam as salas de estudo
	Disponibilizar recursos digitais nas escolas, aos/as alunos/as e professores/as	- Nº de alterações tecnológicas realizadas na escola
Promover a continuidade do acesso a respostas de primeira infância de qualidade	Manutenção da resposta Creche Municipal	- Nº de vagas - Nº de inscritos - Nº de crianças em lista de espera

V. Qualificação e emprego

Este eixo de intervenção engloba objetivos que se prendem com a qualificação pessoal e social quer seja do ponto de vista educativo e formativo, quer seja do ponto de vista da empregabilidade e do empreendedorismo. Neste eixo cabem ações de sensibilização, capacitação, de qualificação e de formação que visem promover a coesão social, proporcionando uma maior qualidade de vida. Por sua vez, a formação é fundamental para acompanhar as mudanças do mercado de trabalho e das necessidades da sociedade.

No que diz respeito ao emprego, este é essencial para o bem-estar das pessoas e o crescimento económico de um país, contribuindo para a redução da pobreza, da exclusão social e da desigualdade. Estes três pilares estão interligados e reforçam-se mutuamente. Uma educação de qualidade prepara as pessoas para a formação e o emprego, enquanto a formação e o emprego adequados proporcionam oportunidades de aprendizagem contínua e crescimento profissional. Juntos, estes elementos impulsionam o desenvolvimento social, económico e humano, promovendo uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. E o desenvolvimento económico estará beneficiado se forem criadas medidas de fixação de empresas, para que o número aumente e conseqüentemente a atividade empresarial tenha maior representatividade no Concelho.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Aumentar o nível de qualificação escolar e profissional da população do Concelho	Sensibilizar a comunidade para a importância da qualificação e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho	- Nº de sessões/ações realizadas - Nº de produtos criados - Nº de participantes
	Melhorar os níveis de qualificação (não superiores) de adultos, contribuindo para a melhoria da sua empregabilidade	- Nº de cursos existentes no IEFP - Nº de participantes do concelho em cursos do IEFP - Nº de participantes em Centros Qualifica - Nº de pessoas abrangidas

Potenciar projetos de criação do próprio emprego	Estimular o empreendedorismo no percurso educativo das crianças e jovens	- Nº de participantes - Nº de sessões em âmbito escolar
	Promover a divulgação de projetos de empreendedorismo no Concelho	- Nº de sessões/ações - Nº de reuniões - Nº de projetos divulgados
	Apoiar potenciais empreendedores	- Nº de empreendedores - Nº de encaminhamentos - Nº de apoios atribuídos
Integrar público vulnerável em atividades socialmente necessárias e facilitar a sua reinserção	Levantamento da população em idade ativa beneficiária de apoios sociais	- Nº de pessoas apoiadas - Nº de processos
	Divulgar a medida de apoio ao emprego Contrato Emprego e Inserção	- Nº de contratos estabelecidos - Nº de beneficiários integrados - Nº de sessões de divulgação
	Desenvolvimento de Atividades Socialmente Úteis	- Nº pessoas integradas - Nº de entidades
Fomentar a capacitação e (re)inserção no mercado de trabalho	Realizar ações para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
	Incentivar a dinamização de cursos de formação, capacitação e qualificação profissional articulados com as necessidades do mercado de trabalho e os interesses pessoais	- Nº de cursos realizadas - Nº de participantes - Nº de parceiros envolvidos
	Realizar ações de divulgação sobre as ações de formação previstas	- Nº de sessões de divulgação - Nº de participantes
Incentivo às entidades empregadoras para a concretização de medidas ativas de emprego	Dinamização de ações de divulgação dos apoios à contratação	- Nº de sessões de divulgação - Nº de participantes - Nº de apoios concedidos - Nº de empresas/entidades empregadoras - Nº de materiais criados
	Criação de uma rede de interligação entre empresas e possíveis trabalhadores	- Nº de beneficiários - Nº de empresas/entidades empregadoras - Nº de encaminhamentos - Nº de reuniões
Promoção do território e potencialidades de investimento	Contribuir para o desenvolvimento da economia local	- Nº de folhetos divulgados - Nº de produtores locais
	Divulgação de produtos locais e regionais	- Nº de produtos divulgados - Nº de feiras realizadas - Nº de presenças em eventos
	Promover a potencialidade do território e dos produtos	- Nº de produtos divulgados - Nº de feiras realizadas - Nº de presenças em eventos
	Continuidade dos benefícios fiscais para investimentos no Concelho	- Nº de benefícios - Nº de entidades apoiadas

VI. Saúde

O sétimo eixo de intervenção contempla a área da saúde, este refere-se à área de atuação que tem como objetivo principal promover a saúde e o bem-estar da população, prevenindo doenças, garantindo acesso a serviços de saúde de qualidade e desenvolvendo políticas e programas de saúde eficazes.

Este domínio abrange um conjunto de ações e medidas voltadas para a promoção, prevenção, tratamento e gestão da saúde em diferentes níveis. A existência de disparidades no acesso aos cuidados de saúde cria um desafio importante, exigindo a implementação de medidas que garantam um acesso mais justo e igualitário aos serviços de saúde.

O Concelho tem sentido as consequências da ausência de médicos/as de família, reveladas no descontentamento daqueles que procuram ajuda médica. A instabilidade verificada no seio destas profissionais de saúde dificulta o acesso aos serviços.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Incentivar a prática de comportamentos alimentares saudáveis	Capacitar pessoa/grupo/comunidade na promoção de hábitos de vida saudáveis	- Nº de sessões - Nº de participantes - Nº de parceiros envolvidos
Garantir acessibilidade a cuidados de saúde ao nível da promoção da saúde e prevenção da doença	Proporcionar a continuidade do apoio na gravidez e primeiro ano de vida nos Cuidados de Saúde Primários	- Nº de consultas de planeamento familiar - Nº de consultas a recém-nascidos - Nº de rastreios neonatal realizados
	Reforçar o acesso a cuidados de saúde	- Nº de especialidades - Nº de utentes - Nº de utentes com cuidados ao domicílio - Nº de respostas existentes na área da saúde
Diversificar respostas e promover políticas articuladas de intervenção na prevenção de comportamentos de risco e consumos aditivos	Promover sessões de intervenção preventiva de comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	- Nº de sessões - Nº de participantes - Nº de folhetos divulgados - Nº de encaminhamentos
	Divulgar a consulta do Adolescente, para jovens com consumos e/ou comportamentos de risco	- Nº de encaminhamentos - Nº de utentes - Nº de folhetos divulgados
	Reforçar as respostas existentes no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências	- Nº de encaminhamentos - Nº de utentes apoiados - Nº de respostas existentes
Promover os cuidados preventivos e estilos de vida saudável	Implementar ações de prevenção e consciencialização da população sobre temas diversos, como a saúde mental, as doenças cardiovasculares, a incidência dos tumores, etc	- Nº de sessões - Nº de participantes - Nº de temas abordados - Nº de parceiros
	Incentivar a adoção de estilo de vida saudável em todas as faixas etárias	- Nº de folhetos divulgados - Nº de temáticas abordadas - Nº de encaminhamentos - Nº de famílias apoiadas
	Promover ações de sensibilização no âmbito da prevenção	- Nº de sessões - Nº de participantes

	das dependências (álcool, drogas, jogo), dirigidas à população em geral	- Nº de temas abordados - Nº de parceiros - Nº de encaminhamentos
	Aumentar a literacia em saúde	- Nº de sessões - Nº de participantes - Nº de temas abordados - Nº de parceiros
	Divulgação das equipas que trabalham no âmbito da saúde	- Nº de entidades - Nº de sessões - Nº de divulgações

VII. Habitação, urbanismo e reabilitação

O domínio estratégico da habitação refere-se à área de atuação que tem como foco principal a promoção do acesso a uma habitação condigna e à melhoria das condições habitacionais da população. O objetivo é garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma habitação digna e saudável. Este domínio estratégico abrange uma série de políticas, programas e ações que visam atender às necessidades habitacionais da população de forma justa e sustentável. A habitação constitui, atualmente, um problema que afeta as famílias dada a dificuldade de acesso à habitação, devido à escassez de casas para arrendar, bem como ao elevado valor das rendas.

Destacamos aqui as medidas de apoio à habitação promovidos pelo Município definidas na Estratégia Local de Habitação, designadamente, ao nível do apoio ao arrendamento acessível, à reabilitação e construção de habitações sociais e do apoio à recuperação habitacional de casas próprias.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Melhorar e promover a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiências motoras	Levantamento das necessidades ao nível das barreiras arquitetónicas	- Nº de habitações com necessidades identificadas - Nº de sinalizações
Manutenção e gestão das Habitações Sociais	Promover um regulamento que descreva os direitos, deveres e regras em habitação sociais e na comunidade	- Criação do regulamento - Divulgação do regulamento criado
Criar medidas para colmatar a necessidade de habitação do Concelho	Potenciar a divulgação de programas de apoio à requalificação e reabilitação urbana	- Nº de programas divulgados - Produtos divulgados
	Potenciar a divulgação de programas de apoio ao arrendamento/aquisição	- Nº de programas divulgados - Produtos divulgados
Promover condições de acesso a uma habitação condigna	Melhorar as condições de habitabilidade das habitações degradadas no Concelho	- Nº de habitações melhoradas/reconstruídas - Nº de intervenções efetuadas - Nº de pessoas apoiadas
	Apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas	- Nº de intervenções efetuadas - Nº de pessoas apoiadas - Nº de habitações requalificadas
Promover habitação acessível	Disponibilizar habitações a custos acessíveis para arrendamento	- Nº de habitações construídas - Nº de habitações reabilitadas
	Implementar políticas e programas de apoio que visem minimizar os	- Nº de programas de apoio

	impactos dos preços elevados dos arrendamentos habitacionais	- Nº de pessoas a beneficiar de programas
Proteger o Edificado	Contribuir para a proteção e preservação do património histórico e urbanístico	- Nº de apoios concedidos - Nº de requalificações/melhoramentos

VIII. Cidadania e igualdade

No domínio estratégico da igualdade de género procura-se criar condições para uma sociedade onde todas as pessoas possam viver em segurança, liberdade e igualdade. As políticas e ações a implementar neste domínio têm o objetivo de transformar as normas sociais, promover a igualdade de género e eliminar todas as formas de discriminação e violência baseadas no género.

Neste sentido, revela-se fulcral apostar em iniciativas de carácter preventivo e de desenvolvimento de competências, o mais precocemente possível e ao nível comunitário, com o intuito de desconstruir estereótipos associados às questões da igualdade de género, promover a educação e o respeito pela diferença.

Neste tópico também se abordam temas como o Voluntariado e o Associativismo.

Num Concelho onde existe um forte corpo associativo, importa reforçar a importâncias destas associações/comissões para o desenvolvimento social e local e potenciar a motivação da comunidade para estas práticas associativas, assim como conhecer apoios que podem usufruir e assim colmatar algumas dificuldades económicas que o associativismo acarreta.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Disseminar a prática de voluntariado no Concelho	Promoção do Voluntariado	- Nº de iniciativas - Nº de inscritos em programas de voluntariado
	Realização de ações de sensibilização para voluntários e entidades	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de entidades
Garantir atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência doméstica	Dinamizar o atendimento e acompanhamento especializado a vítimas de violência doméstica	- Nº de atendimentos - Nº de vítimas apoiadas
	Potenciar e divulgar os recursos e respostas existentes de apoio às vítimas	- Nº de encaminhamentos - Nº de folhetos divulgados - Nº de exemplares distribuídos - Nº de sinalizações e/ou pedidos de apoio
	Promover o fortalecimento e a ampliação das redes de apoio e dos serviços às VVD	- Nº de respostas - Nº de pedidos de apoio - Nº de vítimas em lista de espera
Contribuir para a prevenção da violência	Promover a sensibilização da comunidade para a consciencialização do fenómeno da violência doméstica nas suas diversas dimensões	- Nº de ações realizadas - Nº de participantes
	Intervir junto dos agressores	- Nº de atendimentos

		<ul style="list-style-type: none"> - Nº de sinalizações e/ou pedidos de apoio - Nº de encaminhamentos
	Qualificar profissionais e serviços para a intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de profissionais qualificados - Nº de sessões de qualificação
Garantir a segurança e acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou incapacidade nos espaços públicos	Sensibilização para a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade no espaço público adequando as estruturas existentes	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de barreiras arquitetônicas eliminadas - Nº de projetos de melhoria
	Sensibilização da comunidade para a necessidade de garantir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações realizadas - Nº de intervenções realizadas - Nº de participantes
	Criação de soluções personalizadas de mobilidade através de plataformas digitais	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de formulários digitais disponíveis - Nº de formulários criados
Promover a empregabilidade e uma cultura de igualdade e de não discriminação em diferentes contextos	Promover ações de sensibilização e informação para combater a discriminação de género no âmbito profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de entidades empregadoras locais
	Dinamizar ações e produzir materiais de informação que auxiliem as famílias na conciliação da vida familiar e profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de materiais produzidos
	Promover práticas de conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de empresas/entidades empregadoras com políticas de conciliação - Nº de práticas implementadas
	Atualização de documentos/guias para a igualdade, como o Manual de Linguagem Inclusiva e Código de Conduta	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos atualizados - Disponibilização de documentos
	Divulgação do Plano municipal para a Igualdade e Não Discriminação	<ul style="list-style-type: none"> - Documento divulgado
	Sensibilizar o tecido empresarial para a igualdade salarial entre géneros	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações de sensibilização - Nº de entidades empregadoras que participam nas sessões - Nº de entidades que praticam a igualdade salarial
	Capacitar a comunidade sobre a temática da igualdade de género	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de ações realizadas - Nº de participantes - Nº de materiais produzidos
	Combater a discriminação em razão da orientação sexual e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI+	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de entidades empregadoras com iniciativa na temática - Nº de iniciativas promovidas - Nº de participantes

Implementar políticas de prevenção e de controlo da criminalidade	Desenvolver ações de promoção da segurança em diferentes contextos, dirigidas a públicos específicos (idosos, crianças...) e comunidade em geral	- Nº de ações de sensibilização - Nº de participantes - Nº de parceiros
Promover a inclusão e proteção social dos grupos mais vulneráveis e combater as desigualdades sociais e exclusão social	Apoiar grupos social e economicamente mais vulneráveis	- Nº de pessoas apoiadas - Nº de atendimentos realizados - Nº de visitas domiciliárias realizadas - Nº de encaminhamentos - Nº de sinalizações e/ou pedidos de apoio
	Promover redes de proximidade como forma de proteção	- Nº de entidades envolvidas - Nº de sinalizações e/ou pedidos de apoio - Nº de pessoas protegidas
Aumentar o envolvimento da comunidade no associativismo Concelho	Estimular o envolvimento da população nas associações/comissões Concelhias	- Nº de associações/comissões criadas - Nº de associações/comissões encerradas
	Desenvolver ações de sensibilização para a importância do associativismo para o desenvolvimento social e local	- Nº de ações de sensibilização - Nº de participantes
	Divulgar apoios ao Associativismo	- Nº de ações de divulgação - Nº de participantes - Nº de apoios divulgados - Nº de beneficiários dos apoios
	Promover articulação entre as várias associações/comissões do Concelho	- Nº de reuniões - Nº de associações/comissões participantes

IX. Radar social

No âmbito da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), surge a medida Radar Social. Através da medida Radar Social será implementado um sistema integrado de referenciação social e de capacitação dos territórios na ativação das respostas e otimização dos recursos existentes, visando trazer maior eficácia à ação das entidades locais, apoiada na noção de desenvolvimento social e integrada numa perspetiva do desenvolvimento local.

As Equipas do Radar Social, poderão dar um contributo decisivo para a construção, atualização e o enriquecimento desse conhecimento sobre os territórios. É, neste contexto, que as equipas do Radar Social, irão desenvolver também a sua atividade reafirmando nos territórios o papel das Redes Sociais e a importância dos mecanismos de atualização periódica dos instrumentos de planeamento. Através da medida do Radar Social será implementado, de forma experimental, um sistema de referenciação social de ampla abrangência, cujos destinatários são as pessoas, famílias ou grupos em situação de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas em situação de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas

múltiplas dimensões.

Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Indicadores
Implementar um sistema integrado de sinalização de situações de vulnerabilidade social que identifique pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social	Referenciação em contexto de vida, da pessoa ou a família em situação de vulnerabilidade social	- N° de referenciações - N° sinalizações
	Realização da avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o resultado no sistema	- N° de registos - N° de consentimentos informados
Promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades	Informação/orientação da pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da Rede Social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação	- N° de pessoas - N° de famílias - N° de encaminhamentos
	Ativação direta da rede de recursos locais da Rede Social, sempre que de uma referenciação resulte a necessidade de uma intervenção social de emergência	- N° de encaminhamentos - N° de recursos existentes - N° de reuniões

4. Avaliação e Monitorização

A eficácia e o sucesso de qualquer PDS dependem não apenas da sua formulação e implementação, mas também da capacidade contínua de avaliar e ajustar os resultados alcançados. A avaliação é um processo indissociável ao processo de construção do PDS uma vez que qualquer trabalho de planeamento tem de ser avaliado permanentemente pois só com uma monitorização e avaliação eficazes se consegue melhorar e emendar aspetos menos bons da sua execução. Tal como acontece na generalidade dos planos de intervenção, este será alvo de um acompanhamento no qual se pretende monitorizar e avaliar a execução das ações propostas e recolher informação relativa aos indicadores inerentes ao trabalho desenvolvido em cada um dos eixos de intervenção, tornando-o um processo dinâmico e, também, de implicar de maneira ativa e contratualizada com os parceiros, apoiando-os tecnicamente na implementação das atividades e nas decisões sobre o replaneamento e avaliação do plano.

A monitorização e avaliação são assim fases muito importantes ao nível da execução do PDS, possibilitando ir recolhendo informações do trabalho que está a ser desenvolvido, ao nível da eficiência e eficácia das ações/medidas inicialmente propostas para a intervenção no concelho, bem como, novos conhecimentos e estratégias para a intervenção futura. Isso inclui a recolha de informações quantitativas e qualitativas, bem como a análise regular dos dados para identificar tendências, lacunas e áreas que necessitam de atenção. A monitorização permite a deteção precoce de possíveis desvios e ações corretivas. A avaliação é uma análise mais profunda e abrangente dos resultados alcançados através do

PDS e visa compreender se os objetivos foram cumpridos, sendo feitas recomendações para ajustes futuros.

É através da avaliação que, o Conselho Local de Ação Social (CLAS), poderá obter informações para poder construir novos planos de ação bienais, intensificando determinados projetos e atividades e afetando os recursos necessários. É também através da avaliação que surgem importantes indicações sobre novos problemas que a intervenção gerou ou tornou visíveis.

O modelo de avaliação a utilizar é a autoavaliação, no sentido de que será realizada pela mesma equipa responsável pela elaboração ou gestão do plano, ou seja, pelo Núcleo Executivo do CLAS. No entanto serão envolvidas as instituições ou grupos responsáveis pela execução das diferentes atividades, a definir nos Planos de Ação bienais. Compete às entidades parceiras do CLAS a execução das ações propostas assim como fornecer informação sobre os resultados e os seus impactos. Uma das opções para se realizar uma autoavaliação sucinta é a que se apresenta seguidamente.

Realização	Adesão	As pessoas e organizações a quem as ações eram destinadas aderiram a elas? - Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter essa adesão? - Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?
	Eficiência	Os resultados esperados foram atingidos respeitando os recursos previstos e a sua melhor utilização? - Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter esse nível de eficiência? - Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?
	Eficácia	Os objetivos estabelecidos foram conseguidos? - Se sim, o que se deve preservar futuramente para melhorar ou manter esse desempenho? - Se não, o que se tem de melhorar na próxima edição do PDS?

Fonte: Adaptado Programa Rede Social (2002)

5. Considerações Finais

A principal ação da Rede Social local e o seu contributo para a coesão social, centra-se na oferta de serviços sociais às famílias e na mitigação de danos e supressão das necessidades básicas dos/as que por si só não conseguem aceder aos direitos sociais e a uma vida digna. Investe ainda na capacitação de grupos (ou pessoas) mais vulneráveis, com vista à sua autonomia e resiliência.

Como impulsionadora do desenvolvimento social local, a sua ação deverá passar por um forte investimento na prevenção da exclusão, através do empoderamento das comunidades para a resolução dos seus problemas e criação de recursos próprios. O PDS não constitui um momento acabado e estanque

no tempo. Pelo contrário, trata-se de um documento contínuo e flexível, em constante revisão, monitorização e avaliação.

Abrangendo toda a população e tentando prosseguir com a dinamização de todas as parcerias, o PDS e os Planos de Ação que dele derivarem visam, em última análise, contribuir para a promoção do desenvolvimento local de forma global e abrangente. Nos próximos Planos de Ação, serão consideradas, para cada um dos anos de intervenção, as prioridades a observar no que será o contributo dos órgãos da Rede Social para o desenvolvimento social, e, em conformidade, para a inclusão social e a coesão territorial de Sardoal.

6. Bibliografia

- Aviso de Abertura de Concurso RE-C03-i01.m03 – Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto
- Carta Social do Concelho de Sardoal 2024 (em atualização)
- Diagnóstico Social 2023 (em atualização)
- Estratégia Local de Habitação de Sardoal 2021-2025
- Núcleo da Rede Social. (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social
- Plano de Ação 2021/2022
- Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030
- Plano de Ação Terra.Pura Sardoal 5G
- Plano de Desenvolvimento Social 2021-2024
- Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Sardoal 2023-2026